

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Ciro fez duro discurso de oposição ao governo

União/PP: oposição, “ma non troppo”...

Convidado nesta terça-feira do almoço de Grupo de Lideranças Empresariais do DF (Lide-DF), o líder da minoria no Senado, Ciro Nogueira (PP-PI), um dos presidentes da União Progressista, federação que une seu partido ao União Brasil, fez um duríssimo discurso de oposição. Usou do espaço para pregar a união de forças de centro e de direita para construir uma alternativa

política ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2026. Obteve o apoio do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Ele só não disse quando é que a oposição da federação vai se dar na prática, com a entrega dos seus quatro ministérios, da presidência da Caixa e de outros cargos. Questionado pelo Correio Político, Ciro des-convorsou.

País

“Não somos oposição ao país. Somos oposição ao governo”, respondeu Ciro Nogueira. O presidente do PP só não esclareceu como se pode ser oposição ao governo fazendo parte dele. “Nunca trabalharemos contra a governabilidade do país”, acrescentou o líder da minoria.

Obstrução

Nesse sentido, Ciro acaba relativizando a tática de obstrução da oposição para forçar a urgência para a anistia pelo 8 de janeiro. Tal obstrução, de forma total, poderia prejudicar projetos de interesse do país e dos empresários. “Nessas pautas, estaremos presentes”.

Tony Oliveira/Agência Brasília



Ibaneis: “O PT faz muito mal ao país”

Reunião uniu governadores por projeto alternativo

Ciro Nogueira, portanto, demonstrou que, muito provavelmente, a União Progressista seguirá por um tempo com um pé em cada canoa. O que não significa que não incrementa seu plano de construir um projeto alternativo em 2026. Ciro narrou que recentemente houve uma reunião em sua casa com diversos represen-

tantes da oposição, inclusive governadores como Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Claudio Castro (PL-RJ), Romeu Zema (Novo-MG) e Ratinho Júnior (PSD-PR). “Esses governadores, unidos, não tem chance de perderem a eleição”, apostou Ciro Nogueira. “Posso garantir que não estaremos no palanque de Lula”.

Para trás

Ciro já foi aliado do PT. Já apoiou no Piauí o hoje ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias. Ele afirmou, porém, que o Lula que apoiou já não existe mais. “Lula é hoje um homem com os olhos voltados para trás”, disse. “É hoje um homem ressentido e ultrapassado”.

Lula

Ciro acha mesmo que as circunstâncias – a baixa popularidade, a união contrária, a idade e a saúde – poderão levar Lula a não disputar a eleição em 2026. Ou disputar com poucas chances de vitória. “Não vamos ter o fator Lula na próxima eleição”, aposta.

Pesquisas

Ciro Nogueira afirmou ter visto pesquisas qualitativas que apontam Lula hoje como uma pessoa antiquada, fora do seu tempo. Ele comparou Lula a Getúlio Vargas no seu retorno. “Ultrapassado, não conseguiu governar da mesma forma”. Vargas suicidou-se em 1954.

Ibaneis

Presente no almoço, Ibaneis Rocha reforçou o discurso oposicionista. “O PT faz muito mal ao país”, disse o governador do DF. Ele criticou frase do governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues. “A grande maioria aqui estaria na vala pelo desejo dele”, afirmou o governador.

Disseminadores de fake news se tornam réus

Primeira Turma aceitou denúncia contra o “núcleo 4”

Por Karoline Cavalcante

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nesta terça-feira (6), tornar réus os sete denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que compõem o “núcleo quatro” na investigação sobre a tentativa de golpe de Estado em 2022. Esse grupo é acusado de disseminar notícias falsas sobre as urnas eletrônicas, além de atacar instituições e autoridades brasileiras que tentassem impedir a permanência do ex-presidente da República Jair Bolsonaro (PL) no poder.

Durante a sessão, o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, leu seu parecer e votou por acolher integralmente a denúncia, pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado.

Os acusados incluem militares da reserva e da ativa, além de civis com atuação política e institucional. São eles: os majores da reserva do Exército Ailton Gonçalves Moraes Barros e Ângelo Martins Denicoli; o engenheiro Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, presidente do Instituto Voto Legal; o subtenente do Exército Giancarlo Gomes Rodrigues; o tenente-coronel Guilherme Marques de Almeida; o agente da Polícia Federal Marcelo Araújo Bormevet, e o coronel do Exército Reginaldo Vieira de Abreu.

Mais cedo, a subprocuradora-geral da República, Cláudia Sampaio Marques, fez a defesa do recebimento da denúncia, destacando que todos os envolvidos utilizaram diversas estratégias, inclusive com o apoio da estrutura da Agência Brasileira



Rosinei Coutinho/STF

Voto de Moraes foi seguido pelos demais ministros da Primeira Turma

de Inteligência (Abin). Segundo ela, todos contribuíram ativamente para a tentativa de ruptura institucional. “Cada um agiu e concorreu para que houvesse um golpe de Estado, fazendo sua parte para alcançar esse objetivo comum”, declarou.

Em seguida, os advogados dos representados fizeram a leitura de seus argumentos de defesa. A maior parte das preliminares, porém, foram rejeitadas pelos magistrados. Segundo Moraes, pedidos como impedimento e suspeição do relator, ausência de provas, pesca probatória e individualização da conduta já foram negados anteriormente.

Moraes

Como fez na análise dos outros núcleos, Moraes leu um item do seu voto destacando que há provas obtidas a partir da colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Bolsonaro. No entanto, ressaltou que essas provas são complementadas por inúmeras outras, independentes e

autônomas, “que corroboram, neste momento processual, a ampla materialidade e os indícios suficientes de autoria”. Ele foi acompanhado pelos demais membros da Turma: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Para acelerar a tramitação do caso em que 40 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal, a PGR optou por enviar a denúncia em cinco grupos distintos para a análise da Suprema Corte. Os núcleos um e dois já foram acatados pelos ministros, também por unanimidade. O próximo julgamento será o do “núcleo três”, previsto para 20 e 21 de maio — este é composto por 11 militares do Exército e um policial federal responsáveis pelo planejamento de “ações táticas”.

Ficará faltando somente o “núcleo cinco”, que ainda não foi agendado e inclui somente o nome do economista Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, neto do general João Figueiredo, último presidente da ditadura militar.

Manifestação

Enquanto o julgamento avança, apoiadores de Bolsonaro organizam uma manifestação nesta quarta-feira (7), em Brasília, pedindo anistia para presos e investigados pelos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023 — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes. Batizado de “Caminhada Pacífica pela Anistia Humanitária”, o protesto está marcado para as 16h, com concentração na Torre de TV e destino final no Congresso Nacional.

Apesar de estar em recuperação após 23 dias internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em decorrência de uma cirurgia intestinal, Bolsonaro afirmou que tentará participar do ato, organizado pelo pastor Silas Malafaia. “Caminhada pacífica em direção ao Congresso Nacional. Tentarei estar presente se a situação de saúde do momento permitir. Pela anistia humanitária!”, publicou o ex-presidente nas redes sociais.

Gilvan da Federal tem mandato suspenso por três meses

Por Karoline Cavalcante

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (6), a suspensão cautelar do mandato do deputado Gilvan da Federal (PL-ES) por três meses, em razão de declarações ofensivas dirigidas à ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT). A decisão foi tomada por maioria dos membros do colegiado, que seguiram o parecer do relator, deputado Ricardo Maia (MDB-BA). O placar foi de 15 votos a favoráveis e quatro contrários.

Conduzida pelo presidente do colegiado, deputado Leur Lomanto Júnior (União-BA), a reunião teve início pela manhã e durou mais de cinco horas.

Em sua manifestação, Maia — que propôs a redução da punição de seis meses recomendada pela Mesa Diretora da Câmara, para três meses — avaliou que essa é uma resposta “firme e simbólica” à gravidade dos fatos, sem antecipar julgamento definitivo, resguardando-se o devido processo legal e a ampla defesa.

“As manifestações ultrapassam os limites da liberdade de expressão parlamentar, com ataques pessoais e desqualificação moral, por meio de termos ofensivos e desrespeitosos, que ferem a dignidade das autoridades atingidas e comprometem os valores institucionais da Câ-



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Gilvan não deverá recorrer da decisão

mara dos Deputados”, declarou o parlamentar.

Defesa

Na apresentação de sua defesa, Gilvan argumentou que não citou diretamente o nome de Gleisi Hoffmann, considerando o processo “inepto” e precipitado.

“Instaurou-se um processo sancionador, desprovido de provas cabais a demonstrar a quebra de decoro do Reclamado, consubstanciadas unicamente em indícios que maculam a finalidade do objetivo traçado”, disse.

Antes de ser efetivada, cabe recurso à suspensão. O deputado,

no entanto, informou que não recorrerá da decisão ao Plenário e assumiu o compromisso de um comportamento diferente.

“Voltarei mais forte do que nunca, combatarei o bom combate, mas diferente do que vinha acontecendo. Eu ando com essa bandeira verde e amarela com muito orgulho”, afirmou. A medida, porém, não impede a instauração de um posterior processo disciplinar, que pode levar à perda permanente do mandato.

Relembre

As falas foram proferidas durante audiência do ministro da Justiça, Ricardo Lewando-

wski, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realizada no início da última semana. Na ocasião, Gilvan fez referências ao codinome “Amante”, que teria sido atribuído à Gleisi numa planilha da antiga empreiteira Odebrecht e disse que alguém com essa designação, devia ser “uma prostituta do caramba”.

Na mesma reunião, também dirigiu ofensas a Lula, chamando-o de “descondenado” e acusando o governo de “importar corruptos”, fala que inflamou o ambiente e gerou um embate direto com o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), que é marido de Gleisi. Ele reagiu chamando Gilvan de “desqualificado” e lembrando uma declaração recente do parlamentar, na qual teria desejado a morte do atual presidente da República.

A Mesa Diretora da Câmara, então, protocolou na última quarta-feira (30) um pedido que solicitava o afastamento do deputado por um período de seis meses. A prerrogativa, utilizada de forma inédita, fundamentou que o representado realizou “insinuações abertamente ultrajantes, desonrosas e depreciativas” à ministra “em evidente abuso das prerrogativas parlamentares, o que configura comportamento incompatível com a dignidade do mandato”.